

MINUTA DE POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, com a finalidade de organizar a formação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de Educação e com os planos decenais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O disposto no caput será realizado na forma dos [Artigos 61 a 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e abrangerá as diferentes etapas e modalidades da educação básica.

§ 2º O Ministério da Educação, ao coordenar a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, deverá assegurar sua coerência com as Diretrizes Nacionais do Conselho Nacional de Educação, com a Base Nacional Comum Curricular, com os processos de avaliação da educação básica e superior, com os programas e as ações supletivas do Ministério, além das iniciativas e programas de formação implantados por Estados e Municípios.

CAPÍTULO I

Dos Princípios e Objetivos

SEÇÃO I

Dos Princípios

Art.2º Para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, a formação dos profissionais terá como princípios:

I - o compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais;

II – o compromisso dos profissionais e das instituições com o aprendizado dos estudantes na idade certa, como forma de redução das desigualdades educacionais e sociais;

III – a colaboração constante, articulada entre o Ministério da Educação, os sistemas e redes de ensino, as instituições educativas e as instituições formadoras;

IV – a garantia de padrão de qualidade nos cursos de formação inicial e continuada;

V – a articulação entre teoria e prática no processo de formação, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e específicos, segundo a natureza da função;

VI – a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os níveis, etapas e modalidades de ensino;

VII - a formação inicial e continuada entendidas como componentes essenciais à imersão profissional e à profissionalização, integrando-se ao cotidiano da instituição educativa e considerando os diferentes saberes e a experiência profissionais;

VIII – a compreensão dos profissionais da educação como agentes fundamentais do processo educativo e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a processos formativos, informações, vivência e atualização profissional, visando à melhoria da qualidade da educação básica e à qualificação do ambiente escolar;

IX – a valorização dos profissionais da educação, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à progressão na carreira, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho;

X – o reconhecimento das instituições educativas e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial e à formação continuada;

XI – o aproveitamento e reconhecimento da formação e do aprendizado anterior, bem como de experiência laboral pertinente, em instituições educativas e em outras atividades;

XII - o projeto pedagógico das instituições formadoras, que reflita a especificidade da formação dos profissionais da educação básica, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar;

XIII – a compreensão do espaço educativo na educação básica como espaço de aprendizagem, de convívio cooperativo, seguro, criativo e adequadamente equipado para o pleno aproveitamento das potencialidades de estudantes e profissionais da educação básica; e

XIV - a promoção continuada da melhoria da gestão educacional e escolar e o fortalecimento do controle social.

SEÇÃO II

Dos Objetivos

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica:

I - induzir avanços na qualidade da educação básica e ampliar as oportunidades de formação dos profissionais para o atendimento das políticas deste nível educacional em todas as suas etapas e modalidades, garantindo o ensino e a aprendizagem adequados ao ano cursado pelos alunos.

II - identificar e suprir, em regime de colaboração, a necessidade das redes e sistemas de ensino por formação inicial e continuada dos profissionais;

III - promover a integração da educação básica com a formação inicial e continuada considerando as características culturais, sociais e regionais em cada Unidade da Federação;

IV - apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais da educação básica pelas instituições de ensino superior nas diferentes redes e sistemas de ensino;

V - promover a formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo;

VI – assegurar o domínio dos conhecimentos técnicos, científicos, pedagógicos e específicos pertinentes à área de atuação profissional, inclusive a gestão educacional e escolar;

VII - promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais da educação básica, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos.

CAPÍTULO II

Da Organização, Dos Planos Estratégicos e Dos Programas e Ações Integrados e Complementares

SEÇÃO I

Da Organização

Art. 4º A Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica cumprirá seus objetivos por meio de Planos Estratégicos formulados em cada Unidade da Federação, e por meio de ações e programas integrados e complementares.

§ 1º Os Planos Estratégicos serão formulados e propostos pelos Fóruns Estaduais Permanentes em cada Estado e no Distrito Federal, nos quais terão assento representantes da esfera federal, estadual, municipal, das instituições formadoras e dos profissionais da educação, visando à concretização do regime de colaboração.

§ 2º As ações e os programas integrados e complementares serão aqueles de apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios de forma complementar ao previsto nos Planos Estratégicos, visando ao fortalecimento dos processos de formação, profissionalização, avaliação, supervisão e regulação da oferta dos cursos técnicos e superiores.

SEÇÃO II

Dos Planos Estratégicos

Art. 5º Os Planos Estratégicos elaborados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação dos Profissionais da Educação Básica serão quadrienais, com revisões anuais, e deverão contemplar:

I - diagnóstico e identificação das necessidades de formação inicial e continuada de profissionais da educação e da capacidade de atendimento das instituições envolvidas;

II - definição de ações a serem desenvolvidas para o atendimento das necessidades de formação inicial e continuada, nas diferentes etapas e modalidades de ensino; e

III - atribuições e responsabilidades de cada partícipe, com especificação dos compromissos assumidos, inclusive financeiros.

Art. 6º O diagnóstico das necessidades das redes e sistemas de ensino basear-se-á nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, além de informações oficiais disponibilizadas pelas Secretarias de Educação, em especial os indicadores dos Planos de Ações Articuladas, e discriminará:

I - os cursos de formação inicial necessários;

II – atividades de formação continuada desenvolvidas pelas redes e sistemas de ensino;

III - os cursos de formação continuada necessários, considerando atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado;

IV - a quantidade, o regime de trabalho, o campo ou a área de atuação dos profissionais a serem atendidos; e

V - outros dados relevantes que complementem a demanda formulada.

Art. 7º O planejamento e a organização do atendimento das necessidades de formação de profissionais deverão considerar os dados do Censo da Educação Superior, além de informações oficiais disponibilizadas pelas Secretarias de Educação e instituições formadoras envolvidas.

Art. 8º No âmbito da elaboração dos planos estratégicos dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação dos Profissionais da Educação Básica, o Ministério da Educação apoiará técnica ou financeiramente, conforme o caso:

I – cursos de formação inicial de nível superior - licenciatura;

II – cursos de segunda licenciatura, para profissionais do magistério em exercício, para que tenham formação na área em que atuam;

III – cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados;

IV – cursos de formação técnica de nível médio e superior nas áreas de Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos, Biblioteconomia e Orientação Comunitária, podendo este rol ser ampliado conforme a demanda observada e a capacidade da rede formadora;

V – cursos de formação continuada;

VI - apoio a instituições formadoras públicas vinculadas às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

§ 1º Cada ação de apoio técnico ou financeiro por parte da União seguirá regramento próprio, estabelecido pelo Ministério da Educação, e os compromissos assumidos estarão descritos nos Planos Estratégicos.

§ 2º Nos Planos Estratégicos deverão também estar relacionadas as contrapartidas e compromissos assumidos pelas Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Educação.

SEÇÃO III
Dos Programas e Ações Integrados e Complementares

Art. 9º O Ministério da Educação, em colaboração com as Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Educação, desenvolverá Programas e Ações Integrados e Complementares às iniciativas de formação, destinados à consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Art. 10 Os Programas e Ações Integrados e Complementares poderão contemplar iniciativas de:

- I – iniciação à docência e apoio acadêmico a licenciandos e licenciados;
- II – formação pedagógica para graduados não licenciados;
- III – estímulo à revisão da estrutura acadêmica e curricular dos cursos de licenciatura, em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica;
- IV – estímulo ao desenvolvimento de projetos pedagógicos que visem a promover desenhos curriculares próprios à formação de profissionais do magistério para atendimento da Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, de povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos.
- V – estímulo ao desenvolvimento de projetos pedagógicos que visem a promover novos desenhos curriculares ou percursos formativos destinados aos profissionais da educação básica;
- VI - residência docente;
- VII - formação continuada no contexto dos pactos nacionais de desenvolvimento da educação básica;
- VIII - mestrados acadêmicos e profissionais para graduados;
- IX – intercâmbio de experiências formativas e de colaboração entre instituições educacionais;
- X - formação para a gestão das ações e programas educacionais e para o fortalecimento do controle social.

XI – apoio, mobilização e estímulo a jovens para o ingresso na carreira docente;

XII - financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;

XIII – cooperação com estados, Distrito Federal e municípios nos processos de ingresso e fortalecimento dos planos de carreira, melhoria da remuneração e das condições de trabalho, valorização profissional e do espaço escolar; e

XIV – realização de pesquisas, incluídas aquelas destinadas ao mapeamento, aprofundamento e consolidação dos estudos sobre perfil, demanda e processos de formação de profissionais da educação.

Art. 11 Serão fortalecidas as funções de avaliação, regulação e supervisão da educação profissional e superior, visando a plena implementação das diretrizes curriculares relativas à formação dos profissionais da educação básica.

CAPÍTULO III

Da Gestão

Art. 12 Para a gestão da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica será criado o Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica.

Parágrafo único - O Comitê Gestor será presidido pelo Secretário Executivo do Ministério da Educação e contará com a participação das secretarias e autarquias do MEC, com representantes dos dirigentes municipais e estaduais de educação considerando a diversidade regional, dos profissionais da educação básica e de entidades científicas.

Art. 13 Ao Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica compete:

I - sugerir ajustes e aprovar os Planos Estratégicos e suas revisões, além de opinar com relação às Ações e Programas Integrados e Complementares que darão sustentação à Política Nacional; e

II - definir normas gerais para o funcionamento dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação dos Profissionais da Educação Básica, bem como o acompanhamento das suas atividades.

Art. 14 O Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica terá sessões ordinárias em periodicidade trimestral e extraordinárias sempre que acordadas pelos seus membros, sendo o conteúdo das reuniões registrado em ata circunstanciada.

§ 1º O Comitê Gestor poderá compor comitês técnicos e grupos de trabalho para operacionalizar suas deliberações.

§ 2º As normas complementares para o seu funcionamento e para o funcionamento dos Fóruns Estaduais serão definidas na primeira reunião ordinária e publicadas em instrumento próprio.

§ 3º A participação no Comitê Gestor é função não remunerada de relevante interesse público, e seus membros, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

CAPÍTULO IV *Das Disposições Gerais*

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará este Decreto no prazo máximo de sessenta dias a partir da data de sua publicação.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.